



68/103/89
OESP - 01/03/89

A questão amazônica

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Voltam a se cõndensar no Hemisfério Norte, projetando suas sombras sobre a soberania e a integridade da Nação brasileira, nuvens daquilo que o grande amazônense Arthur Cesar Ferreira



Reis aptamente denunciou pelo título que deu a seu livro: A Amazônia e a Cobiça Internacional.

Desde que essa região foi incorporada ao território continental brasileiro, tais nuvens jamais se dissiparam, apenas mudando de forma e de intensidade. Variaram os motivos e os argumentos; a cobiça nunca se desfez. De início foi o interesse pela navegação fluvial, caminho de penetração para o coração amazônico. Depois foi a borracha e a exploração de produtos vegetais. Após a recentíssima descoberta das fabulosas riquezas minerais amazônicas, os interesses se alastraram, se tornaram mais poderosos, mais atrevidos, mais ameaçadores.

Em todas as épocas eles se infiltraram na região amazônica em incursões de espionagem, pirataria e contrabando, freqüentemente sob a capa de inofensivas missões científicas e religiosas, escudadas sob a cobertura de elevados princípios humanos. Agora falam em nome do equilíbrio ecológico do planeta e da defesa dos direitos de nossos índios. Nunca estivemos diante de uma infiltração mais insidiosa e ampla acompanhada de campanha mais contundente e generalizada. Não é preciso supor uma conspiração orquestrada. Mas todos os guerrilheiros internacionais, sejam quais forem seus motivos e alvos, trabalham deliberadamente no mesmo sentido: o da abdicação de nossa soberania e o desmembramento de nossa posse sobre essa parte do território nacional. Os episódios avulsos que se sucedem se integram em uma mesma e única campanha.

A distinção internacional concedida a Chico Mendes e a Davi Yanomami, os relatórios mundiais sobre a devastação amazônica, o artigo do Times nos propondo negociações da dívida pela preservação ecológica, o programa da viagem do sr. Jimmy Carter, o recentíssimo projeto apresentado ao Senado americano de criação de um programa de consultas internacionais para conservação dos recursos da Amazônia, com sua sugestão de vinculação a créditos do Banco Mundial, são máscaras insuficientes para ocultar uma pressão que não recua diante das mais diversas formas de chantagem, intimidação e subversão do direito internacional e da política de boa convivência entre as nações.

Tais expressões podem parecer pesadas. Na realidade são insuficientes para qualificar alguns desses episódios, que se revestem de caráter de verdadeiros atentados à soberania nacional. É de ontem a despuorida e imbecil tentativa de intervir no próprio processo constitucional brasileiro e de promover a divisão do País em várias nações, patrocinada por grupos religiosos de afiliações estrangeiras (a Cimi de d. Krautler) cuja "emenda popular" dizia: "O Brasil é uma República Federativa plurinacional 'onde os membros das nações indígenas possuem nacionalidade própria, distinta (...) da nacionalidade brasileira'".

Assim, ao contrário do que essa campanha quer fazer crer, o que se acha em discussão e jogo não é a preservação ecológica da Amazônia nem os direitos humanos dos nossos índios, com o que todos os brasileiros estamos de acordo, mas o saber quem tem o direito de tratar e resolver tais assuntos. Não pomos em dúvida o interesse maior dessas questões. Apenas desmistificamos e repelimos, intransigentemente, a descabida pretensão de estrangeiros de, sob qualquer forma ou pretexto, quererem nos tutorar, resolver sobre nosso território e nossa gente, em flagrante violação de normas de convivência internacional. Es-

te país tem dono. Os males e os bens, as erros e os acertos, as riquezas e os problemas brasileiros são nossos. A nós e a mais ninguém compete gerir nossos negócios e destinos.

Não negamos que os problemas ecológicos e de direitos humanos transcendem fronteiras e interessam a Terra e a Humanidade como um todo. O que, apenas, sim, realisticamente constatamos são duas coisas.

A primeira é que esses problemas não são dos piores e esses direitos não estão sendo mais maltratados em nosso país do que em outros países que dispõem de mais recursos do que o nosso e não obstante — direta ou veladamente — são os maiores produtores da poluição e da miséria universais, com seus armamentos, suas guerras, suas discriminações humanas e raciais, sua insensibilidade diante da anarquia financeira e da pobreza mundial. Que representam para a Terra e a Humanidade os conflitos e a devastação amazônica, exageradamente magnificados e desmedidamente projetados para o futuro, diante da imensidão presente dos males humanos universalmente e cotidianamente gerados pelos donos da política do mundo? Quem jamais apurou os custos ecológicos e humanos que vêm sendo cobrados por essa política (??)?

A segunda é que até aqui, e desgrazadamente pelo tempo indefinido em que prevalecer essa política, não temos outra forma de conviver internacionalmente, senão no mútuo respeito pelo direito soberano das nações de cuidar de seu território e de sua própria gente. E neste ponto, novamente, não somos nós que temos adotado o pior comportamento e dado o pior exemplo, intervindo nos direitos e nos destinos de outros povos.

Eis ao que, de fato e de direito, se resume a questão amazônica. Esse território, essa gente, esses problemas e essas riquezas são nossos. De mais ninguém.

Benedicto Ferri de Barros é ensaísta e membro da Academia Internacional de Direito e Economia.